



Resposta para Racional Engenharia

No Brasil, em 2013, pela primeira vez o número de libertações de trabalho escravo urbano foi maior que o de trabalho escravo rural e a construção civil teve papel decisivo nesta mudança de cenário¹.

Audidores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), procuradores do Ministério Público do Trabalho (MPT), representantes da Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) e outras autoridades ouvidas pela nossa equipe apontam que tais violações estão relacionadas com infrações trabalhistas que se tornaram corriqueiras no país, como o aumento de terceirizações irregulares, a falta de condições mínimas em alojamentos e a não observância da Instrução Normativa 90/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego², que regulamenta as condições para recrutamento e transporte de trabalhadores para localidades diversas da sua origem.

Em fevereiro de 2012, Racional Engenharia foi considerada responsável pelo flagrante de exploração de trabalho escravo na ampliação do Hospital Alemão Oswaldo Cruz, na região da Avenida Paulista, em São Paulo (SP)³. A fiscalização realizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego resultou na libertação de 11 migrantes maranhenses que trabalhavam como pedreiros e serventes. Do grupo, quatro deles foram aliciados no Maranhão para participar da obra e sete já estavam na cidade.

Todos os trabalhadores foram contratados de maneira irregular por meio de uma empresa interposta, a terceirizada Genecy da Silva Leite ME. Trata-se de uma microempresa sem sede, registrada no endereço residencial do empreiteiro da obra e ex-funcionário da Racional Clemilton Oliveira. De acordo com a fiscalização, mesmo com a subcontratação, não há dúvidas sobre a responsabilidade da Racional nas condições a que eles foram submetidos. "O poder de gestão e direção dos trabalhos era exercido efetivamente pela Racional. A existência da Genecy no mundo empresarial não passa de ficção. Seus trabalhadores e o encarregado e pseudo-empresário Clemilton são completamente dependentes economicamente de seu contratante único e exclusivo: a Racional", aponta o relatório feito pelo MTE na ocasião.

"A falta de dinheiro para voltar a seu Estado de origem e o constrangimento de retornar à família sem os salários prometidos completam o quadro de coerção moral a que eram submetidos, com clara restrição a seu direito fundamental de ir e vir", destaca o relatório de fiscalização⁴.

Os trabalhadores aliciados no Maranhão tiveram que arcar com os custos da viagem, o que contraria a Instrução Normativa 90 do MTE, e acabaram submetidos a dívidas com a empresa interposta. Um deles declarou a fiscalização que o empreiteiro depositou R\$ 250 para compra de passagem e que o valor seria descontado posteriormente. As vítimas viajaram três dias em um ônibus clandestino e pegaram dinheiro emprestado com parentes para alimentação. A normativa em questão prevê que a empresa contratante deve arcar com todos os custos da viagem e garantir que o transporte seja feito em condições dignas e com segurança.

¹ <http://reporterbrasil.org.br/2014/02/escravidao-urbana-passa-a-rural-pela-primeira-vez/>

² Instrução Normativa 90/2011 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE): <http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012FB1E516DD0D20/IN%2090-%2029%2004%202011%20-%20Recrutamento%20de%20trabalhadores.pdf>

³ <http://reporterbrasil.org.br/2012/02/trabalhadores-de-obra-da-racional-na-regiao-da-avenida-paulista-sao-resgatados/>

⁴ <http://reporterbrasil.org.br/2012/02/trabalhadores-de-obra-da-racional-na-regiao-da-avenida-paulista-sao-resgatados/>

Os operários tiveram a liberdade restringida, de acordo com a fiscalização, devido à retenção de salários e às dívidas contraídas com o empreiteiro da obra. Sem receber, eles acabaram sem poder regressar aos municípios de origem, em Santa Quitéria (MA) e Tutóia (MA). Eles foram encaminhados para um alojamento em Itaquera, na Zona Leste da capital, onde, sem dinheiro, passaram a viver em condições precárias. Os empregados dormiam em camas improvisadas; por conta da falta de espaço, elas eram empilhadas formando beliches "totalmente inseguros", segundo a fiscalização. Dentro do alojamento, havia ainda instalações elétricas irregulares e um botijão de gás. O grupo dividia dois copos para beber água e os onze trabalhadores se revezavam para utilizar o único banheiro do local. Além disso, o empregador não disponibilizou papel higiênico, roupas de cama ou mesmo itens como sabonete e pasta de dente. Os operários utilizavam espumas de colchão como papel higiênico. De acordo com auditores fiscais do trabalho, eles não tinham dinheiro sequer para comprar cartões telefônicos e entrar em contato com familiares ou mesmo para se locomover dentro da cidade.

Os operários resgatados relataram ainda aos auditores fiscais que trabalharam em feriados e em madrugadas no canteiro de obras, sem receber qualquer adicional ou mesmo folgas por isso. O serviço aos domingos também era frequente. A fiscalização diz que a Racional não fez qualquer tipo de registro de jornada e anotação de repousos.

Como forma de prevenir novos casos de escravidão e garantir condições mínimas de dignidade, segurança e vida para os trabalhadores, pedimos que a Racional assuma os seguintes compromissos:

1. **Assine o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo**, acordo que reúne empresas comprometidas com o fim da escravidão;
2. **Respeite a Instrução Normativa 90 do Ministério do Trabalho e Emprego**, que regulamenta as condições para recrutamento e transporte de trabalhadores para localidades diversas da sua origem;
3. **Garanta condições dignas de alojamento e trabalho;**
4. **Pare de utilizar interpostos e assuma responsabilidade pelas condições de trabalho nas obras que executa, deixando de fazer terceirizações irregulares com uso de trabalho escravo.**

Racional afirma que “apoia as iniciativas voltadas à melhoria das condições dos trabalhadores e ao respeito aos direitos humanos”⁵. Com base nesta declaração, pedimos que a Racional Engenharia assuma os quatro compromissos para garantir que todas as suas obras sejam livre da escravidão, e que casos como do Hospital Alemão Oswaldo Cruz nunca mais venham a se repetir.

Nós concordamos com o ditado da sua empresa: “É melhor prevenir do que remediar”. E como você declarou “se esta frase serve para muitos aspectos da vida, é ainda mais apropriada quando se trata de segurança e saúde do trabalhador”⁶.

⁵ <http://business-humanrights.org/pt/brasil-campanha-da-ong-walk-free-contratado-trabalho-an%C3%A1logo-a-escravo-em-construtoras-inclui-respostas-das-empresas#c104429>

⁶ Segurança e Saúde Ocupacional: http://www.racional.com/versao/pt/empresa/seguranca_saude_operacional.asp